

LISTA DE COROLÁRIOS

- 1º Corolário:** A contabilidade pública é uma ciência informacional instrumentalizada pelos RCPGs (relatórios contábeis de propósito geral) que incluem, entre outros relatórios, as demonstrações contábeis. 49
- 2º Corolário:** Para um item dos RCPGs ser considerado ingresso, ele deve ensejar a entrada de recurso financeiro. 95 e 147
- 3º Corolário:** Para um item dos RCPGs ser considerado dispêndio, ele deve ensejar, mais cedo ou mais tarde, a saída de recurso financeiro. 95 e 247
- 4º Corolário:** Um mesmo evento pode ensejar registro simultâneo em **contas de natureza patrimonial**: classes 1 – Ativo, 2 – Passivo, 3-VPD e 4-VPA; em **contas de natureza orçamentária**: classes 5-CAPO e 6-CEPO; e em **contas de natureza de controle**: classes 7-Controle de Devedores e 8-Controle de Credores. 351 e 413
- 5º Corolário:** Em uma cadeia integrada de eventos contábeis, o fato modificativo aumentativo, quando aplicável, ocorre uma única vez. 373
- 6º Corolário:** Em uma cadeia integrada de eventos contábeis, o fato modificativo diminutivo, quando aplicável, ocorre uma única vez. 373
- 7º Corolário:** Em uma cadeia integrada de eventos contábeis, o registro inicial em contas de natureza orçamentária enseja um registro contábil de nível horizontal nas classes 5 e 6; enquanto o registro de inicial em contas de natureza de controle enseja um registro contábil de nível horizontal nas classes 7 e 8. 489
- 8º Corolário:** Em uma cadeia integrada de eventos contábeis, os registros de execução em contas de natureza orçamentária ensejam registros contábeis de nível vertical apenas em contas da classe 6; enquanto os registros de execução em contas de natureza de controle ensejam registros contábeis de nível vertical apenas em contas da classe 8. 489
- 9º Corolário:** O estágio da previsão de qualquer receita orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva) utiliza as mesmas contas de 1º e 2º níveis. 489

- 10º Corolário:** O estágio da arrecadação de qualquer receita orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva) utiliza as mesmas contas de natureza orçamentária e de controle de 1º e 2º níveis; a diferença vai ocorrer apenas na conta de natureza patrimonial a ser creditada, já que o caixa será sempre debitado. 490
- 11º Corolário:** A despeito da existência de 3 situações distintas quando da execução orçamentária da despesa orçamentária, o estágio da fixação de qualquer despesa orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva) utiliza as mesmas contas de 1º e 2º níveis. 490
- 12º Corolário:** A despeito da existência de 3 situações distintas quando da execução orçamentária da despesa orçamentária, o estágio do pagamento de qualquer despesa orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva) utiliza as mesmas contas de 1º e 2º níveis. 490
- 13º Corolário:** A despeito da existência de 3 situações distintas quando da execução orçamentária da despesa orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva), o estágio do pagamento somente pode ser efetuado quando a obrigação estiver com o Atributo “F” – Financeiro. 490
- 14º Corolário:** A despeito da existência de 3 situações distintas quando da execução orçamentária da despesa orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva), a diferença nos registros contábeis de qualquer despesa orçamentária (seja efetiva, seja não efetiva) nos estágios da despesa: empenho, em liquidação e liquidação vai ocorrer apenas na conta de natureza patrimonial a ser debitada, já que o passivo será sempre creditado em conta de atributo “F” – Financeiro. 490
- 15º Corolário:** Os regimes contábeis de competência (enfoque patrimonial) e misto (enfoque orçamentário) coexistem no plano de contas aplicado ao setor público respectivamente nas contas de natureza patrimonial e orçamentária. 597
- 16º Corolário:** O Balanço Orçamento e o Balanço Financeiro adotam regime misto; o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido adotam regime de competência; e a Demonstração dos Fluxos de Caixa adota regime de caixa. 649
- 17º Corolário:** Se um ente que já obedece a regra de ouro contratar indefinidamente novas operações de créditos destinadas exclusivamente para despesas de capital, a regra de ouro continuará sendo obedecida indefinidamente. 673
- 18º Corolário:** O valor disponível no caixa ao final do exercício no Balanço Patrimonial coincide com o saldo final das disponibilidades financeiras no Balanço Financeiro. 751
- 19º Corolário:** O patrimônio líquido obtido pelo critério da conversibilidade de ativos e da exigibilidade de passivos difere do patrimônio líquido obtido pelo critério da autorização orçamentária e legislativa para ativos e passivos. 751
- 20º Corolário:** O saldo patrimonial do final do exercício corresponde ao saldo patrimonial do final do exercício anterior com a incorporação do resultado patrimonial **e conjugado** com transações que não passam pelo resultado, mas afetam o saldo patrimonial (reavaliação e ajustes de exercícios anteriores). 791

- 21° Corolário:** O caixa líquido gerado na Demonstração dos Fluxos de Caixa pode não coincidir com o Resultado Financeiro no Balanço Financeiro. 845
- 22° Corolário:** As contas de natureza patrimonial de 5° nível, código 3 (União), código 4 (Estados) e código 5 (Municípios) são utilizadas pelos demais entes com quem o ente citado realiza a transação. 917
- 23° Corolário:** Os valores de entrada de ativos e passivos correspondem à incorporação dos mesmos ao patrimônio da entidade, enquanto os valores de saída de ativos e passivos correspondem à desincorporação dos mesmos do patrimônio da entidade. 979
- 24° Corolário:** O sistema de custos não possui registros contábeis próprios, pois se serve dos registros já existentes nas contas de natureza orçamentária e patrimonial. 1261
- 25° Corolário:** Os princípios contábeis estão acima do formalismo normativo e continuam servindo de guias para tomada de decisão dos gestores públicos. Desse modo, **eles não foram extintos** pela estrutura conceitual. 1315

LISTA DE CHAMADAS DO AUTOR

Chamada 1 do Autor: Objetivo da Contabilidade Pública e os RCPGs	50
Chamada 2 do Autor: Empresas Estatais Dependentes	52
Chamada 3 do Autor: Campo de Aplicação das Normas	56
Chamada 4 do Autor: Ativo - Tripé Conceitual	78
Chamada 5 do Autor: Passivo - Tripé Conceitual	78
Chamada 6 do Autor: Ativo e Passivo - Circulante e Não Circulante	79
Chamada 7 do Autor: Ativo e Passivo - Financeiro e Não Financeiro	80
Chamada 8 do Autor: Ativo e Passivo - Contabilização dos Bens Públicos	89
Chamada 9 do Autor: Ingressos e Dispendios	98
Chamada 10 do Autor: Cancelamento de Restos a Pagar	99
Chamada 11 do Autor: Superávit do Orçamento Corrente	100
Chamada 12 do Autor: Visão Geral das Classificações da Receita	106
Chamada 13 do Autor: Classificação da Receita quanto à Natureza	108
Chamada 14 do Autor: Operações Intraorçamentárias	111
Chamada 15 do Autor: Tipo de Receita	117
Chamada 16 do Autor: Classificação da Receita por Fonte	123
Chamada 17 do Autor: Classificação da Receita quanto ao Impacto no PL	133
Chamada 18 do Autor: Classificação da Receita quanto à coercitividade	134
Chamada 19 do Autor: Estágios da Receita	147
Chamada 20 do Autor: Visão Geral das Classificações da Despesa	158
Chamada 21 do Autor: Classificação Institucional	162

Chamada 22 do Autor: Classificação Funcional	164
Chamada 23 do Autor: Classificação Programática	172
Chamada 24 do Autor: Plano Orçamentário	176
Chamada 25 do Autor: IDOC, IDUSO e Fonte	181
Chamada 26 do Autor: Classificação da Despesa quanto à natureza <i>versus</i> Lei nº 4.320/1964	207
Chamada 27 do Autor: Classificação da Despesa quanto ao Resultado Primário ...	218
Chamada 28 do Autor: Classificação da Despesa quanto ao Impacto no PL	220
Chamada 29 do Autor: Estágios da Despesa	248
Chamada 30 do Autor: Tipos de Empenho	258
Chamada 31 do Autor: Limite de Inscrição de Restos a Pagar	280
Chamada 32 do Autor: Restos a Pagar Processados - Fluxo Completo	281
Chamada 33 do Autor: Restos a Pagar Processados Não Processados - Fluxo Completo	284
Chamada 34 do Autor: Despesas Plurianuais	289
Chamada 35 do Autor: Prescrição de Restos a Pagar	291
Chamada 36 do Autor: 1º Caso de DEA - Despesas que não se tenham processado na época própria	310
Chamada 37 do Autor: 2º Caso de DEA - Restos a pagar com prescrição interrompida	310
Chamada 38 do Autor: 3º Caso de DEA - Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício	311
Chamada 39 do Autor: Fluxo do Suprimento de Fundos	327
Chamada 40 do Autor: Limites do Suprimento de Fundos	330
Chamada 41 do Autor: Escrituração Contábil - Natureza das Contas	355
Chamada 42 do Autor: Dica Suprema das Naturezas das Contas	360
Chamada 43 do Autor: Dica Suprema das Transações Contábeis	376
Chamada 44 do Autor: Superveniências e Insubstituições do Ativo e do Passivo ..	387
Chamada 45 do Autor: Reflexões sobre Receitas e Despesas Não Efetivas	389
Chamada 46 do Autor: Casos Especiais - Fluxo da Dívida Ativa	392
Chamada 47 do Autor: Alcance do Plano de Contas	414

Chamada 48 do Autor: PCASP - Estrutura e Níveis da Conta Contábil	418
Chamada 49 do Autor: PCASP - Consolidação das Contas	423
Chamada 50 do Autor: PCASP - Atributos da Conta Contábil	430
Chamada 51 do Autor: Características Qualitativas da Informação Contábil	474
Chamada 52 do Autor: Restrições da Informação Contábil	482
Chamada 53 do Autor: Operações Típicas - Receita Orçamentária - Padrão	493
Chamada 54 do Autor: Operações Típicas - Receita Orçamentária - FG Antes da Arrecadação	500
Chamada 55 do Autor: Operações Típicas -Despesa Orçamentária - FG da Obrigação coincide com a Liquidação	503
Chamada 56 do Autor: Operações Típicas -Despesa Orçamentária - FG da Obrigação antes da Liquidação	516
Chamada 57 do Autor: Operações Típicas - Despesa Orçamentária - FG da Obrigação antes do Empenho	526
Chamada 58 do Autor: Operações Típicas - Movimentação de Crédito	534
Chamada 59 do Autor: Operações Típicas - Depreciação, Impairment e Reavaliação	537
Chamada 60 do Autor: Operações Típicas - Restos a Pagar Processados	539
Chamada 61 do Autor: Operações Típicas - Depósitos e Cauções	561
Chamada 62 do Autor: Operações Típicas - Ciclo da Disponibilidade de Recursos	563
Chamada 63 do Autor: Operações Típicas - Dívida Ativa	566
Chamada 64 do Autor: Operações Típicas - Alienação de Bens com Ganho de Capital	573
Chamada 65 do Autor: Regimes Contábeis - Enfoque Orçamentário e Enfoque Patrimonial	597
Chamada 66 do Autor: Regimes Contábeis - Receita sob o Enfoque Patrimonial - VPA Antes da Arrecadação	604
Chamada 67 do Autor: Regimes Contábeis - Receita sob o Enfoque Patrimonial - VPA na Arrecadação	605
Chamada 68 do Autor: Regimes Contábeis - Receita sob o Enfoque Patrimonial - VPA após a Arrecadação	606
Chamada 69 do Autor: Regimes Contábeis - Despesa sob o Enfoque Patrimonial - VPD antes do Empenho	608

Chamada 70 do Autor: Regimes Contábeis - Despesa sob o Enfoque Patrimonial - VPD na Liquidação	610
Chamada 71 do Autor: Regimes Contábeis - Despesa sob o Enfoque Patrimonial - VPD após o Pagamento	612
Chamada 72 do Autor: Elementos das Demonstrações Contábeis	634
Chamada 73 do Autor: Demonstrações Contábeis - Visão Geral	652
Chamada 74 do Autor: Balanço Orçamentário - Estrutura	676
Chamada 75 do Autor: Balanço Orçamentário - Indicadores de Desempenho da Receita e da Despesa	682
Chamada 76 do Autor: Balanço Orçamentário - Indicadores de Desempenho Fiscal	685
Chamada 77 do Autor: Créditos Adicionais	698
Chamada 78 do Autor: Fonte de Créditos Adicionais - Anulação de Dotação e Operações de Crédito	699
Chamada 79 do Autor: Superávit Financeiro	699
Chamada 80 do Autor: Fonte de Créditos Adicionais - Excesso de Arrecadação ...	699
Chamada 81 do Autor: Fonte de Créditos Adicionais - Reserva de Contingência ..	699
Chamada 82 do Autor: Fonte de Créditos Adicionais - Recursos sem despesas correspondentes	699
Chamada 83 do Autor: Balanço Orçamentário - Situações que geram Desequilíbrio	700
Chamada 84 do Autor: Balanço Financeiro - estrutura e indicador	723
Chamada 85 do Autor: Balanço Patrimonial - estrutura e indicador	757
Chamada 86 do Autor: DVP Atual - estrutura e indicador	791
Chamada 87 do Autor: DVP Antiga - estrutura e indicador	800
Chamada 88 do Autor: DFC - estrutura e indicador	846
Chamada 89 do Autor: Bases de Mensuração do Ativo	986
Chamada 90 do Autor: Bases de Mensuração do Passivo	987
Chamada 91 do Autor: Componentes do Estoque	1025
Chamada 92 do Autor: Componentes do Ativo Imobilizado	1032
Chamada 93 do Autor: Componentes do Ativo Intangível	1045
Chamada 94 do Autor: Depreciação, Amortização e Exaustão	1105

Chamada 95 do Autor: <i>Impairment</i>	1140
Chamada 96 do Autor: Reavaliação	1165
Chamada 97 do Autor: Provisões e Passivos Contingentes	1202
Chamada 98 do Autor: Inventário - Conceito e Tipos	1228
Chamada 99 do Autor: Formas de recebimento, distribuição e desfazimento de Bens	1230
Chamada 100 do Autor: <i>Status</i> do Bem e Formas de Desfazimento	1236
Chamada 101 do Autor: Tipos de Gastos e Custos	1272
Chamada 102 do Autor: Métodos de Custeio no Setor Público	1278
Chamada 103 do Autor: Regime de Competência em Custos	1283
Chamada 104 do Autor: Demonstração do Resultado Econômico	1290
Chamada 105 do Autor: Princípios Contábeis	1319
Chamada 106 do Autor: Dedução da Receita	1337
Chamada 107 do Autor: Receitas de Transações sem Contraprestação	1347
Chamada 108 do Autor: Receitas de Transações com Contraprestação	1373
Chamada 109 do Autor: Sistema de Contabilidade Federal	1497
Chamada 110 do Autor: SIAFI - Objetivos e Abrangência	1525
Chamada 111 do Autor: SIAFI - Modalidade de Uso e Forma de Acesso	1528
Chamada 112 do Autor: SIAFI - Segurança e Conformidade do Sistema	1539
Chamada 113 do Autor: SIAFI - Principais Documentos	1543
Chamada 114 do Autor: Tabela de Eventos - Eventos e Classes	1557
Chamada 115 do Autor: Tabela de Eventos - Eventos e PCASP	1563
Chamada 116 do Autor: Tabela de Eventos - Fluxo da Despesa	1568
Chamada 117 do Autor: Conta Única do Tesouro Nacional - Contas Especiais ...	1588
Chamada 118 do Autor: Conta Única do Tesouro Nacional - Subcontas na Conta Única	1590
Chamada 119 do Autor: Conta Única do Tesouro Nacional - Encerramento de Contas	1592
Chamada 120 do Autor: Conta Única do Tesouro Nacional - Aplicação Financeira na Conta Única	1599

SUMÁRIO

Unidade Didática I

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

CAPÍTULO 1



CONCEITO E APLICABILIDADE DAS NORMAS 49

- 1.....
- Conceito de contabilidade aplicada ao setor público 49
2. Normas contábeis 50
3. Campo de aplicação da contabilidade pública 50
 - 3.1. Empresas Estatais Dependentes – EED 51
 - 3.2. Conselhos Profissionais 54
 - 3.3. Serviços Sociais Autônomos 54
4. Usuários da informação contábil no setor público 56
5. Lista de questões objetivas 57
6. Lista de questões discursivas 62



CAPÍTULO 2

PARA ONDE CAMINHA A CONTABILIDADE PÚBLICA? 65

1. Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade 65
2. Evolução das normas 67
 - 2.1. Mudanças recentes 72
 - 2.2. O impacto da EC 108/2020 sobre a contabilidade pública 73
3. Lista de questões discursivas 74



Capítulo contém questões discursivas

CAPÍTULO 3

ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO: CONCEITOS INICIAIS ... 77

1. Ativo	77
2. Passivo	78
3. Patrimônio líquido	79
4. Critério de segregação do ativo e passivo pela STN com base nos atributos da conversibilidade e exigibilidade	79
5. Critério de segregação de ativo e passivo pela Lei nº 4.320/1964	79
6. Lista de questões objetivas	81

CAPÍTULO 4

BENS PÚBLICOS 87

1. Classificação	87
2. Lista de questões objetivas	89

Unidade Didática II

ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

CAPÍTULO 5

INGRESSOS E DISPÊNDIOS 95

1. Ingressos e dispêndios	95
2. Situações especiais	99
2.1. Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar: inscrição e cancelamento	99
2.2. SOC – Superávit do Orçamento Corrente	100
2.3. Receitas dos Conselhos Profissionais e dos Serviços Sociais Autônomos	101
3. Corolários	102
4. Lista de questões objetivas	102

CAPÍTULO 6



RECEITA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 105

1.	
Classificações existentes	105
2. Classificação da receita quanto à natureza	107
2.1. Classificação da receita quanto à categoria econômica – 1º nível quanto à natureza	110
2.2. Classificação da receita quanto à origem – 2º nível quanto à natureza	111

2.3.	Classificação da receita quanto à espécie e quanto ao desdobramento para identificação de peculiaridades da receita – 3º e 4º níveis quanto à natureza	114
2.4.	Classificação da receita quanto ao Tipo – 5º nível quanto à natureza	116
2.5.	Situações Especiais	120
2.5.1.	Taxa de Ocupação de Imóveis	120
2.5.2.	“Taxa” de Inscrição em concursos públicos	120
2.5.3.	Dividendos e Royalties	120
2.5.4.	Juros e Aplicações financeiras	121
2.5.5.	Juros e Amortização de Empréstimos	121
2.5.6.	Concessões, Permissões e Pedágios	121
2.5.7.	Alienação de Bens Apreendidos ou Cauçionados	121
2.5.8.	Empréstimos Compulsórios	121
2.5.9.	Alienação de Estoques Reguladores	121
2.5.10.	Receitas de transferências correntes e receitas de transferência de capital	121
2.5.11.	Doações	122
2.5.12.	Aplicações Financeiras no mercado e Aplicações Financeiras na Conta Única	122
2.5.13.	Alienação de Títulos, Alienação de Investimentos	122
2.5.14.	Excedente da Cessão Onerosa do Pré-Sal	122
3.	Classificação da receita por fonte	123
3.1.	Códigos Utilizados	125
3.2.	Aplicações da fonte de recursos na União	128
4.	Classificação da receita para apuração do resultado primário	131
5.	Classificação por esfera orçamentária	132
6.	Classificação da receita quanto aos efeitos sobre o patrimônio líquido – aspecto contábil	133
7.	Classificação da receita quanto à coercitividade	134
8.	Classificação da receita quanto à periodicidade	135
9.	Tabela resumo	137
10.	Lista de questões objetivas	138
11.	Lista de questões discursivas	143

CAPÍTULO 7

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 147

1.	Etapas e estágios da receita orçamentária	147
2.	Etapas de planejamento	148

3.	Etapa de execução	148
3.1.	Lançamento	148
3.2.	Arrecadação	150
3.3.	Recolhimento	150
4.	Etapa de controle e avaliação	150
5.	Considerações finais	151
5.1.	Receitas Orçamentárias	151
5.2.	Receitas Extraorçamentárias	151
6.	Corolário	151
7.	Lista de questões objetivas	151



CAPÍTULO 8

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 157

1.	Classificações existentes	157
2.	Classificação da despesa por esfera orçamentária	160
3.	Classificação institucional	161
4.	Classificação funcional	163
4.1.	Função	164
4.2.	Subfunção	169
5.	Classificação Programática	172
5.1.	Programa	172
5.2.	Ação	173
5.3.	Subtítulos	176
5.4.	Plano Orçamentário	176
5.5.	Padronização de ações no âmbito federal	179
5.6.	Meta física	180
6.	Classificação por IDOC, IDUSO e fonte de recursos	181
7.	Classificação quanto à natureza ("classificação econômica")	200
7.1.	Classificação da despesa quanto à categoria econômica visão Lei nº 4.320/1964	200
7.2.	Classificação da despesa quanto à natureza – Portaria STN/ SOF nº 163/2001 – Visão Geral	203
7.2.1	Grupo Natureza da Despesa – 2º nível da classifica- ção da despesa quanto à natureza	205
7.2.2.	Modalidade de aplicação – 3º nível da classificação da despesa quanto à natureza	208
7.2.3.	Elemento da Despesa – 4º nível da classificação da despesa quanto à natureza	212
7.2.4.	Situação Especial – Gastos efetivos e não efetivos	215

8. Classificação da despesa por identificador de resultado primário	218
9. Classificação da despesa quanto aos efeitos sobre o patrimônio público: efetivas e não efetivas (por mutação)	220
10. Tabela-síntese da classificação da despesa	222
11. Lista de questões objetivas	225
12. Lista de questões discursivas	244



CAPÍTULO 9

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 247

1. Etapas e estágios da despesa orçamentária	247
2. Etapa de planejamento	248
2.1. Estágio de Fixação	248
2.2. Estágio de descentralização de créditos orçamentários	249
2.3. Programação orçamentária e financeira	254
2.4. Estágio da Licitação	254
3. Etapa de execução	256
3.1. Estágio do Empenho	257
3.2. Estágio da Liquidação	259
3.3. Estágio do Pagamento	261
4. Etapa de controle e avaliação	262
5. Considerações finais	262
5.1. Despesas Orçamentárias	262
5.2. Despesas Extraorçamentárias	262
6. Corolário	263
7. Lista de questões objetivas	263
8. Lista de questões discursivas	272



CAPÍTULO 10

RESTOS A PAGAR 277

1. Conceito	277
2. Controles gerais sobre restos a pagar previstos na LRF	280
3. Controles específicos sobre os restos a pagar processados	281
4. Controles específicos sobre os restos a pagar não processados	283
4.1. Tratamento após a inscrição: regra a contar de 31/12/2018 ..	284
5. Restos a pagar de despesas plurianuais	289
6. Prescrição e cancelamento de restos a pagar	291
7. Cancelamento, “reinscrição” de restos a pagar e reaproveitamento de restos a pagar	294
8. Lista de questões objetivas	295
9. Lista de questões discursivas	304



CAPÍTULO 11

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 309

1. Conceito 309
2. Situação 1 – despesas que não se tenham processado na época própria 310
3. Situação 2 – restos a pagar com prescrição interrompida 310
4. Situação 3 – compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício 311
5. DEA versus apuração de responsabilidade 314
6. Lista de questões objetivas 317
7. Lista de questões discursivas 322



CAPÍTULO 12

SUPRIMENTO DE FUNDOS 325

1. Conceito 325
2. Suprimento de fundos: fases 327
 - 2.1. Concessão 328
 - 2.2. Aplicação 335
 - 2.3. Comprovação 335
3. Lista de questões objetivas 338
4. Lista de questões discursivas 345

Unidade Didática III

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

CAPÍTULO 13

DOS SISTEMAS DE CONTAS ATÉ AS NATUREZAS DAS CONTAS 351

1. Origens da natureza das contas 351
2. Os subsistemas ainda existem? 354
3. Características gerais dos subsistemas e das naturezas das contas 355
4. Aplicando o método das partidas dobradas 355
5. Subsistemas e naturezas de contas 358
6. Corolário 364
7. Lista de questões objetivas 364

CAPÍTULO 14

TRANSAÇÕES CONTÁBEIS 373

1. Conceito	373
2. Natureza das transações no setor público	373
2.1. Variações patrimoniais	374
2.2. Transações que envolvem valores de terceiros	375
3. Variações patrimoniais	378
3.1. Fatos modificativos, permutativos e mistos	379
3.2. Variações Quantitativas	383
3.2.1. Variações Quantitativas Orçamentárias: receitas e despesas efetivas	384
3.2.2. Variações Quantitativas Extraorçamentárias: Super-veniências e insubsistências do ativo e do passivo	385
3.3. Variações Qualitativas	389
3.3.1. Variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária	389
3.3.2. Variações qualitativas extraorçamentárias	391
3.3.2.1. Receitas e despesas extraorçamentárias	391
3.3.2.2. Casos especiais de transações extraorçamentárias	392
3.4. Interferências ativas e passivas	393
4. Resultado patrimonial	398
5. Corolários	398
6. Lista de questões objetivas	400

CAPÍTULO 15

PLANO DE CONTAS 413

1. Conceito	413
2. Objetivos	413
3. Competência para instituição e manutenção do PCASP	414
4. Alcance	414
5. Hierarquia de normas	416
6. Teoria das contas e o PCASP	417
7. Estrutura do PCASP: conta contábil	418
7.1. Conta contábil e seus níveis	418
7.2. Detalhamento de contas no PCASP	422
7.3. Consolidação	423
8. Atributos da conta contábil	430

8.1.	Atributos Conceituais	430
8.2.	Atributos Legais	431
8.2.1.	Contas Financeiras e Permanentes	431
8.2.2.	Indicador da dívida consolidada líquida	432
9.	Estrutura do PCASP: 1º nível	434
10.	Estrutura PCASP: 2º nível – grupos	436
10.1.	Grupos de natureza patrimonial	436
10.2.	Grupos de natureza orçamentária	440
10.3.	Grupos de natureza de controle	441
11.	Regras de integridade do PCASP	444
11.1.	Lançamentos Contábeis	444
11.2.	Pagamento e Recebimento	444
11.3.	Desenvolvimento de Equações Contábeis	444
11.4.	Consistência dos Registros e Saldos de Contas	446
12.	Corolário	447
13.	Lista de questões objetivas	447
14.	Lista de questões discursivas	462

CAPÍTULO 16

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL .. 473

1.	Características qualitativas e restrições	473
2.	Características qualitativas	474
2.1.	Relevância	475
2.2.	Representação fidedigna	476
2.3.	Compreensibilidade	477
2.4.	Tempestividade	478
2.5.	Comparabilidade	479
2.6.	Verificabilidade	480
3.	Restrições acerca da informação incluída nos RCPGS	482
3.1.	Materialidade	482
3.2.	Custo-benefício	483
3.3.	Equilíbrio entre as características qualitativas	484
4.	Lista de questões objetivas	485



CAPÍTULO 17

OPERAÇÕES TÍPICAS 489

1.	Conceito	491
2.	Bloco da receita orçamentária	493

2.1.	Receitas efetivas e não efetivas	493
2.2.	Receitas em que o fato gerador ocorre antes da arrecadação	500
3.	Bloco da despesa orçamentária	503
3.1.	Despesas em que o fato gerador da obrigação coincide com a liquidação	503
3.2.	Despesas em que o fato gerador da obrigação ocorre antes da liquidação	516
3.3.	Despesas em que o fato gerador da obrigação ocorre antes do empenho	526
3.4.	Movimentação de Crédito	534
4.	Bloco das operações extraorçamentárias	537
4.1.	Depreciação e <i>Impairment</i>	537
4.2.	Reavaliação	537
4.3.	Recebimento e Doação de Bens	538
4.4.	Restos a Pagar Processados	539
4.5.	Restos a Pagar Não Processados em que o fato gerador da obrigação ocorre na liquidação	545
4.6.	Restos a Pagar Não Processados em que o fato gerador da obrigação ocorre antes da liquidação	553
4.7.	Depósitos e Cauções	561
4.8.	ARO	562
5.	Bloco especial	563
5.1.	Ciclo da Disponibilidade de Recursos	563
5.2.	Contratos	566
5.3.	Dívida Ativa	566
5.4.	Operações de Crédito	570
5.5.	Alienação de bens com ganho de capital	573
5.6.	Créditos Adicionais	573
6.	Lista de questões objetivas	575
7.	Lista de questões discursivas	590



CAPÍTULO 18

REGIMES CONTÁBEIS: ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO E ENFOQUE PATRIMONIAL 597

1.	Regimes contábeis da ciência contábil	597
1.1.	Enfoque orçamentário	598
1.2.	Enfoque patrimonial	598
2.	Receita sob o enfoque patrimonial	603

2.1.	Fato gerador da receita antes da arrecadação: IPTU a receber	604
2.2.	Fato gerador da receita na arrecadação	605
2.3.	Fato gerador da receita após a arrecadação	606
3.	Despesa sob o enfoque patrimonial	607
3.1.	Fato gerador da despesa antes do empenho	608
3.2.	Fato gerador da despesa na liquidação	610
3.3.	Fato gerador da despesa após a liquidação (em alguns casos após o pagamento)	612
4.	Registros patrimoniais decorrentes das despesas orçamentárias de exercícios anteriores (DEA)	616
4.1.	Despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria	616
4.2.	Restos a Pagar com prescrição interrompida	617
4.3.	Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente	617
5.	Corolário	618
6.	Lista de questões objetivas	620
7.	Lista de questões discursivas	628

Unidade Didática IV

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AUDITORIA CONTÁBIL-FINANCEIRA

CAPÍTULO 19

ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ESTRUTURA CONCEITUAL		633
1.	Considerações iniciais	633
2.	Ativo	634
2.1.	Recurso	634
2.2.	Controle	635
2.3.	Evento Passado	636
3.	Passivo	638
3.1.	Obrigação presente	638
3.1.1.	Obrigações legais	638
3.1.2.	Obrigações não legalmente vinculadas	639

3.2. Evento passado	640
3.3. Saída de recursos da entidade	640
3.4. Situação patrimonial líquida	642
3.5. Outros recursos e outras obrigações	642
4. Receita e despesa	642
4.1. Superávit ou déficit do exercício	642
5. Contribuição dos proprietários e distribuição aos proprietários	644
6. Lista de questões objetivas	645

CAPÍTULO 20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ASPECTOS GERAIS 649

1. Antecedentes	649
2. Conceitos iniciais relacionados às demonstrações contábeis	656
3. Propósito das demonstrações contábeis	658
4. Responsabilidade pelas demonstrações contábeis	658
5. Considerações gerais	659
5.1. Apresentação apropriada e conformidade com as normas contábeis	659
5.2. Continuidade	660
5.3. Consistência de apresentação	661
5.4. Materialidade e agregação	661
5.5. Compensação de Valores	661
5.6. Informação comparativa	662
5.7. Identificação das demonstrações contábeis	663
5.8. Período contábil para a apresentação das demonstrações	663
5.9. Tempestividade (oportunidade)	664
6. Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis	666
6.1. Seleção e natureza da informação	666
6.2. Informação selecionada para exposição ou evidenciação	667
6.3. Localização da informação	668
6.4. Organização da informação	668
7. Lista de questões objetivas	670

CAPÍTULO 21

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 673

1. Conceitos gerais	673
2. Estrutura	674
2.1. Conforme a Lei nº 4.320/1964	674

2.2.	Conforme o MCASP e os anexos atualizados da Lei nº 4.320/1964	676
3.	Análise da demonstração	682
3.1.	Índices relacionados ao desempenho execução orçamentária da receita e da despesa	682
3.2.	Regra de Ouro, Capitalização, Endividamento, Resultado Primário	685
3.2.1.	Capitalização	686
3.2.2.	Regra de Ouro	687
3.2.3.	Endividamento	688
3.2.4.	Resultado Primário	689
4.	Medidas de desempenho fiscal	695
5.	Abertura de créditos adicionais e seus reflexos sobre o balanço orçamentário: o desequilíbrio orçamentário	698
6.	Elaboração	701
7.	Notas explicativas	701
8.	Lista de questões objetivas	702

CAPÍTULO 22

BALANÇO FINANCEIRO 721

1.	Conceitos gerais	721
2.	Estrutura	722
2.1.	Conforme a Lei 4.320/1964	722
2.2.	Conforme o MCASP	723
3.	Análise da demonstração	727
3.1.	Compreensão quanto à inclusão dos restos a pagar inscritos como receitas extraorçamentárias	727
3.2.	Análises Específicas	731
4.	Elaboração	735
5.	Notas explicativas	736
6.	Lista de questões objetivas	736

CAPÍTULO 23

BALANÇO PATRIMONIAL 751

1.	Conceitos gerais	751
2.	Estrutura, análise e elaboração	751
2.1.	Conceitos Específicos	751
2.2.	Conforme a Lei nº 4.320/1964	752
2.3.	Conforme o MCASP	757

3. Apuração do superávit financeiro: por meio do balanço patrimonial e por meio das disponibilidades por fonte de recursos	769
4. Notas explicativas	772
5. Corolários	773
6. Lista de questões objetivas	773



CAPÍTULO 24

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 791

1. Conceitos gerais	791
2. Estrutura, análise e elaboração	791
2.1. Conceitos Específicos – NBCT SP	791
2.2. Conforme o MCASP	792
3. Resultado patrimonial	795
4. Notas explicativas	796
5. DVP conforme a Lei nº 4.320/1964	800
5.1. Análise da DVP original	807
6. Lista de questões objetivas	810
7. Lista de questões discursivas	824

CAPÍTULO 25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 845

1. ESTRUTURA, ANÁLISE E ELABORAÇÃO	845
1.1. Pela NBCT SP 12	846
1.2. Pelo MCASP (STN)	846
2. Casos Especiais	858
2.1. Fluxos de caixa em moeda estrangeira	858
2.2. Juros e dividendos ou distribuições similares	858
2.3. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa	859
2.4. Aquisição e venda de entidade controlada e outras unidades operacionais	859
2.5. Componente de caixa e equivalentes de caixa	859
2.6. Duodécimos	860
3. Notas explicativas	860
4. Lista de questões objetivas	861

CAPÍTULO 26

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 883

1. Estrutura e elaboração	883
1.1. Conforme o MCASP	884
2. Análise da demonstração	886

3. Notas explicativas	889
4. Lista de questões objetivas	890

CAPÍTULO 27

NOTAS EXPLICATIVAS, EVENTOS SUBSEQUENTES E POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO 895

1. Conceito de notas explicativas	895
1.1. Conceito e estrutura conforme o MCASP	895
1.2. Gestão de Capital	896
1.3. Outras divulgações	897
2. Eventos subsequentes	897
3. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	901
3.1. Evidenciação de Políticas Contábeis	901
3.2. Evidenciação de Estimativas	903
3.3. Evidenciação de Erros	904
4. Lista de questões objetivas	911

CAPÍTULO 28

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 917

1. Conceitos	917
2. Conforme o MCASP	917
3. Consolidação conforme a LRF	922
4. Conceitos previstos na NBCT SP 17	924
4.1. Alcance	925
4.2. Acordo vinculante	926
4.3. Entidade econômica	926
4.4. Controle	926
4.4.1. Poder	926
4.4.2. Benefícios	928
4.4.3. Relação entre poder e benefícios	929
4.5. Critérios contábeis	930
4.6. Procedimentos de consolidação	930
4.7. Políticas contábeis uniformes	930
4.8. Mensuração	930
4.9. Data das demonstrações contábeis	931
5. Lista de questões objetivas	932



CAPÍTULO 29

AUDITORIA CONTÁBIL-FINANCEIRA, ASSEGURAÇÃO E CONTROLE INTERNO 939

1. Processo ("projeto") de auditoria 939
2. Tipos de auditoria e asseguuração 940
3. Auditoria contábil-financeira no setor público 945
 - 3.1. Conceitos 945
 - 3.2. Conceito e Tipos de Distorções 946
 - 3.3. Fases e Planejamento 948
 - 3.4. Tipos de Testes 949
 - 3.5. Materialidade: do planejamento à certificação 952
 - 3.5.1. Aplicação na Materialidade no âmbito federal: do planejamento à certificação 954
4. O controle interno sob enfoque contábil 965
 - 4.1. Classificação 965
 - 4.2. Estrutura e componentes 966
5. Lista de questões objetivas 968
6. Lista de questões discursivas 972

Unidade Didática V

AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DE CUSTOS

CAPÍTULO 30

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: BASES DE MENSURAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA CONCEITUAL 979

1. Conceitos iniciais 979
2. Fatores das bases de mensuração 985
 - 2.1. Valores de entrada e de saída 985
 - 2.1.1. Ativo 985
 - 2.1.2. Passivo 986
 - 2.2. Medidas observáveis e não observáveis 987
 - 2.3. Medidas específicas e não específicas para a entidade 988
3. Bases de mensuração para os ativos 988
 - 3.1. Custo Histórico 988
 - 3.2. Valor de mercado 990
 - 3.3. Custo de reposição ou substituição 992
 - 3.4. Preço líquido de venda 993

3.5.	Valor em uso	994
3.6.	Tabela-resumo das bases de mensuração de ativos	997
3.7.	Considerações Finais	1002
4.	Bases de mensuração para os passivos	1002
4.1.	Custo histórico	1002
4.2.	Custo de cumprimento da obrigação	1003
4.3.	Valor de mercado	1004
4.4.	Custo de liberação	1005
4.5.	Preço presumido	1006
4.6.	Tabela-resumo das bases de mensuração de passivos	1007
4.7.	Considerações Finais	1011
5.	Lista de questões objetivas	1012



CAPÍTULO 31

AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS PATRIMONIAIS 1017

1.	Conceitos iniciais	1017
2.	Avaliação dos componentes patrimoniais na Lei nº 4.320/1964	1018
3.	Avaliação e mensuração de ativos e passivos do setor público conforme as nbctsp e o mcasp	1019
4.	Avaliação e mensuração das disponibilidades	1021
5.	Avaliação e mensuração dos créditos e obrigações	1022
6.	Avaliação e mensuração dos estoques	1023
6.1.	Conceito	1023
6.2.	Composição do Custo do Estoque	1025
6.3.	Ajustes de Perdas de Estoques	1025
6.4.	Reconhecimento no Resultado	1026
6.5.	Evidenciação	1027
7.	Avaliação e mensuração do imobilizado	1029
7.1.	Reconhecimento	1031
7.2.	Mensuração	1032
7.2.1.	Aquisição Separada e Geração Interna	1032
7.2.2.	Obtido por meio de transação sem contraprestação	1033
7.3.	Mensuração Inicial	1033
7.4.	Mensuração após o Reconhecimento Inicial	1035
7.4.1.	Custos subsequentes	1036
7.5.	Bens de uso comum	1036
7.5.1.	Ativos de infraestrutura	1036

7.5.2.	Bens do patrimônio cultural	1037
7.6.	Desreconhecimento	1039
7.7.	Evidenciação	1039
8.	Avaliação e mensuração do intangível	1042
8.1.	Composição do custo do Intangível	1044
8.1.1.	Aquisição separada	1045
8.1.2.	Geração interna	1046
8.1.3.	Aquisição por meio de transações sem contraprestação	1048
8.1.4.	Incorporação por Permuta de ativos intangíveis	1049
8.2.	Patrimônio cultural intangível	1049
8.3.	Mensuração do Ativo Intangível	1051
8.3.1.	Mensuração Inicial do Custo do Ativo Intangível	1051
8.3.2.	Mensuração após o Reconhecimento Inicial	1051
8.4.	Desreconhecimento do Ativo Intangível	1051
8.5.	Evidenciação de Ativo Intangível	1051
9.	Propriedade para investimento	1052
9.1.	Conceitos	1053
9.2.	Identificação de uma propriedade de investimento	1053
9.3.	Reconhecimento	1055
9.4.	Mensuração	1055
9.4.1.	Mensuração no reconhecimento inicial	1055
9.4.2.	Mensuração após o reconhecimento inicial	1057
9.5.	Reclassificação	1060
9.6.	Desreconhecimento	1064
9.7.	Evidenciação	1064
9.7.1.	Modelo do valor justo	1065
9.7.2.	Modelo do custo	1066
10.	Ativo biológico e produto agrícola	1067
10.1.	Mensuração	1068
10.2.	Ganhos e perdas	1069
10.3.	Divulgação	1070
11.	Avaliação e mensuração dos investimentos permanentes	1071
11.1.	Método da equivalência patrimonial	1072
11.2.	Método do custo	1072
12.	Custos dos empréstimos	1072
12.1.	Conceitos	1073

12.2. Reconhecimento	1073
12.2.1. Tratamento padrão	1073
12.2.2. Tratamento Alternativo dos custos dos empréstimos	1075
12.2.2.1. Custos de empréstimos capitalizáveis	1076
12.2.2.2. Início da capitalização	1076
12.2.2.3. Suspensão da capitalização	1077
12.2.2.4. Término da capitalização	1077
12.3. Evidenciação	1080
13. Lista de questões objetivas	1081
14. Lista das questões discursivas	1096



CAPÍTULO 32

DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO 1105

1. Aplicação	1105
2. Conceitos iniciais	1105
3. Depreciação	1111
3.1. Métodos de Depreciação	1114
3.2. Aspectos Práticos da Depreciação	1117
4. Exaustão	1118
5. Amortização	1118
5.1. Determinação da Vida Útil	1119
5.2. Amortização de Ativo Intangível (com Vida Útil Definida) ...	1120
5.3. Métodos de Amortização	1120
5.4. Determinação do Valor Residual	1121
5.5. Revisão do Período e do Método	1121
5.6. Ativo Intangível com Vida Útil Indefinida	1121
5.7. Revisão da Vida Útil	1122
6. Lista de questões objetivas	1122
7. Lista de questões discursivas	1132



CAPÍTULO 33

IMPAIRMENT, VALOR JUSTO E REAVALIAÇÃO 1137

1. Conceitos iniciais	1137
2. Redução ao valor recuperável	1140
2.1. Mensuração	1144
2.1.1. Mensuração de Ativo Não Gerador de Caixa	1145
2.1.1.1. Mensuração do Valor Recuperável do Ativo Não Gerador de Caixa	1147
2.1.1.2. Reconhecimento e Mensuração da Perda por Redução ao Valor Recuperável do Ativo Não Gerador de Caixa	1149

2.1.1.3.	Reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa ...	1150
2.1.2.	Mensuração de Ativo Gerador de Caixa	1153
2.1.2.1.	Mensuração do Valor Recuperável do Ativo Gerador De Caixa	1154
2.1.2.2.	Reversão de impairment para ativos geradores de caixa	1155
2.2.	Reclassificação de ativos	1157
2.3.	Evidenciação	1157
3.	Valor justo	1158
3.1.	Conceito	1158
3.2.	Aplicação	1159
3.2.1.	Utilização do Valor Justo na mensuração de Ativos e Passivos	1159
3.2.2.	Efeitos contábeis da variação do valor justo	1161
3.2.2.1.	Instrumento Financeiro - Disponível para venda	1161
3.2.2.2.	Instrumento Financeiro - Em negociação ..	1162
3.2.2.3.	Propriedade para Investimento	1163
3.2.2.4.	Ativos Biológicos	1164
3.2.2.5.	Quadro Resumo	1165
4.	Reavaliação	1165
4.1.	Reavaliação do imobilizado	1165
4.1.1.	Registro Contábil da Reavaliação do Ativo Imobilizado	1167
4.2.	Reavaliação do intangível	1169
4.2.1.	Registro Contábil da Reavaliação de Ativos Intangíveis	1170
4.3.	Ativo intangível mensurado após o reconhecimento utilizando o modelo da reavaliação	1171
5.	Tabela-resumo de reavaliação, <i>impairment</i> e depreciação, amortização e exaustão	1172
6.	Lista de questões objetivas	1174
7.	Lista de questões discursivas	1184



CAPÍTULO 34

PROVISÃO, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE

1197

1.	Provisão	1197
1.1.	Reconhecimento	1197
1.2.	Mensuração	1199
1.2.1.	Ajuste a valor presente	1199
1.2.2.	Mudanças nas Provisões	1200

1.3. Evidenciação	1201
2. Passivo contingente	1202
3. Ativo contingente	1204
4. Casos especiais de provisões e passivos contingentes	1205
4.1. Reestruturação (caso de provisão)	1205
4.2. Responsabilidade solidária (caso de passivo contingente)	1206
4.3. Repartição de Crédito Tributário (caso de provisão)	1206
4.3.1. Impactos no ente transferidor (no caso um Estado)	1207
4.3.2. Impactos no ente recebedor (no caso um Município)	1209
4.4. Provisão matemática financeira (caso de provisão)	1209
5. Lista de questões objetivas	1211
6. Lista de questões discursivas	1220

CAPÍTULO 35

INVENTÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 1227

1. Conceito e objetivos do inventário físico	1227
2. Tipos de inventários físicos	1229
2.1. O inventário como instrumento (de cunho) gerencial	1230
3. Formas de recebimento, distribuição e desfazimento do material ...	1230
3.1. Recebimento do material: conceito e formas	1231
3.2. Distribuição: conceito e formas	1232
3.3. Destinação e desfazimento do material: formas previstas na legislação	1233
3.3.1. Inutilização ou abandono	1235
4. Controle do material	1239
4.1. Controle do Material na IN nº 205 SEDAP/PR 1988	1239
4.2. Controle do Material na Lei nº 4.320/1964	1240
5. Material permanente e material de consumo: características	1241
5.1. Identificação dos equipamentos e materiais permanentes	1243
6. Casos especiais referentes à classificação por natureza de despesa	1244
6.1. Serviços de Terceiros versus Material de Consumo e Permanente	1246
6.2. Obras e Instalações versus Serviços de Terceiros	1247
6.3. Despesa de Exercícios Anteriores versus Indenizações e Restituições versus Elemento Próprio	1248
7. Fases do inventário e princípios	1250
8. Lista de questões objetivas	1254



CAPÍTULO 36

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO 1261

1.	Sistema de custos no governo federal: estrutura e atribuições	1261
1.1.	Contextualização	1261
1.2.	Antecedentes: aspectos legais do sistema de custos	1262
1.3.	Estrutura do Sistema de Custos do Governo Federal	1264
2.	Subsistema de informação de custos do setor público (SICSP) à luz da NBCT 16.11 (2011) e do manual de custos (2018)	1268
2.1.	Elementos do SICSP	1269
2.2.	Características e atributos da informação de custos	1281
2.3.	Evidenciação das informações de custos	1283
2.4.	Princípio de competência	1283
2.5.	Cota de distribuição de custos indiretos	1284
2.6.	Variação da capacidade produtiva	1285
2.7.	Integração com os demais sistemas organizacionais	1286
2.8.	Implantação do subsistema de custos	1286
2.9.	Responsabilidade pela informação de custos	1286
2.10.	Demonstração do Resultado Econômico	1290
3.	Sistema de custos do setor público à luz da NBC TSP 34 e do manual de gerenciamento de custos (2022)	1291
3.1.	Regime de competência	1293
3.2.	Usuários do Sistema de Custos	1294
3.3.	Objetivos do Sistema de Custos	1294
3.4.	Características qualitativas da informação de custos	1295
3.5.	Centro de custos	1295
3.6.	Metodologia de Custeio	1296
3.7.	Definição dos objetos de custos	1296
3.8.	Classificação dos custos	1297
3.9.	Atribuição dos custos	1297
3.10.	Integração com outras bases de dados	1298
4.	Corolário	1298
5.	Lista de questões objetivas	1299
6.	Lista de questões discursivas	1307

Unidade Didática VI

TÓPICOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 37

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	1315
1. Introdução	1315
2. Aplicação dos princípios	1316
3. Os princípios de contabilidade	1319

3.1. Princípio da Entidade	1319
3.2. Princípio da Continuidade	1319
3.3. Princípio da Oportunidade	1320
3.4. Princípio do Registro pelo Valor Original: princípio da adequabilidade da base de mensuração	1321
3.5. Princípio da Competência	1326
3.6. Princípio da Prudência	1327
4. Lista de questões objetivas	1328

CAPÍTULO 38

DEDUÇÃO DA RECEITA	1337
1. Conceitos iniciais	1337
2. Deduções da receita	1339
2.1. Restituições de receitas orçamentárias	1339
2.2. Retificação	1341
2.3. Recursos cuja tributação e arrecadação competem a um ente da federação, mas são atribuídos a outro(s) ente(s)	1342
3. Lista de questões objetivas	1343

CAPÍTULO 39

RECEITAS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	1347
1. Conceito	1347
2. Reconhecimento e mensuração	1348
2.1. VPA e Custos Envolvidos em Transações sem Contraprestação	1348
2.2. Ativo oriundo de transação sem contraprestação	1348
2.3. Passivos oriundos de Transações sem Contraprestação	1350
2.4. Tributos	1350
2.5. Pagamento Antecipado	1353
2.6. Transferências	1353
2.6.1. Repartição Tributária	1354
2.6.2. Transferências Voluntárias	1360
2.6.3. Doações	1362
2.6.4. Multas	1363
3. Evidenciação	1363
4. Lista de questões objetivas	1365

CAPÍTULO 40

RECEITAS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	1373
1. Conceito	1373
2. Reconhecimento da vpa	1374
3. Mensuração	1377

4. Evidenciação	1377
5. Lista de questões objetivas	1378

CAPÍTULO 41

PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS 1381

1. Introdução	1381
2. Concessões de serviços públicos	1381
2.1. Tipos de Concessões	1381
2.1.1. PPP	1381
2.1.2. Concessões comuns	1383
2.2. Termos importantes	1384
2.3. Contabilização de PPP: reconhecimento de ativo pelo parceiro público	1385
2.4. Contabilização de PPP: reconhecimento de passivo pelo parceiro público	1387
2.5. Contabilização de PPP: classificação das despesas	1387
2.6. Contabilização de PPP: riscos (DCDCO)	1388
2.7. Contabilização de PPP: prestação de garantias	1389
2.8. Contabilização de PPP: Escrituração das operações típicas	1391
2.8.1. Contrato e Garantias	1391
2.8.2. Contrato da PPP (Lançamento Horizontal)	1391
2.8.3. Parcela da Contraprestação Referente ao Ativo da Concessão e/ou Aporte de Recursos	1392
2.8.4. Parcela da Contraprestação Referente ao Pagamento dos Serviços	1393
2.9. Evidenciação	1394
3. Operações de crédito	1397
4. Dívida ativa	1407
4.1. Aspectos Orçamentários	1407
4.2. Aspectos contábeis	1411
4.2.1. Escrituração Contábil – Métodos	1411
4.2.2. Escrituração Contábil – Registro da Inscrição	1412
4.2.3. Escrituração Contábil – Casos Especiais	1416
4.3. Securitização da Dívida Ativa	1422
5. Benefícios pós emprego	1424
5.1. Aspectos gerais e transversais	1424
5.1.1. Contabilização de planos de benefício definido	1428
5.1.2. Reconhecimento e Mensuração – Ativos do plano ..	1429
5.1.3. Custo de benefício definido	1430
5.1.4. Evidenciação	1431
5.2. Regime Próprio de Previdência Social	1432
5.3. Aspectos Orçamentários	1433

5.3.1.	Reserva Orçamentária do RPPS	1435
5.3.2.	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – RAEA – RPPS	1436
5.4.	Aspectos Contábeis	1436
5.5.	Cobertura de Déficits Previdenciários	1443
5.5.1.	Segregação de Massas	1443
6.	FUNDEB	1446
6.1.	Aspectos Contábeis	1450
7.	Consórcios públicos	1454
7.1.	Aspectos Orçamentários	1456
7.2.	Aspectos Patrimoniais	1458
8.	Precatórios em regime especial	1461
8.1.	Escrituração dos principais registros	1464
9.	Lista de questões objetivas	1471

CAPÍTULO 42

REGISTROS CONTÁBEIS REFERENTES A TRANSAÇÕES SEM EFE- TIVO FLUXO DE CAIXA 1489

1.	Conceito	1489
2.	Registros contábeis das operações	1490
2.1.	Caso geral	1490
2.2.	Reconhecimento do crédito no mesmo exercício financeiro do pagamento a maior, e realização da compensação no exercício seguinte	1492
2.3.	Multas contratuais retidas em pagamento a fornecedor	1493

Unidade Didática VII

SISTEMAS E MECANISMOS CONTÁBEIS NA UNIÃO

CAPÍTULO 43

SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL 1497

1.	Sistemas organizacionais	1497
2.	O sistema de contabilidade federal: papéis da STN e dos órgãos setoriais	1500
3.	Outras atribuições dos integrantes do sistema de contabilidade federal	1508
4.	Lista de questões objetivas	1510



CAPÍTULO 44

SIAFI 1521

1.	Histórico do SIAFI	1521
1.1.	Antecedentes	1522
1.2.	Implantação do SIAFI	1522
2.	Conceito	1524
3.	Objetivos	1524
4.	Estrutura do sistema	1525
5.	Modalidades de uso do SIAFI e formas de acesso	1526
5.1.	Modalidades de uso do SIAFI	1527
5.2.	Formas de acesso da UG ao SIAFI	1528
6.	Segurança do sistema	1530
6.1.	Instrumentos e princípios	1530
6.2.	Horário de funcionamento	1531
6.3.	O Sistema SENHA e os usuários do SIAFI	1531
6.3.1.	Cadastradores e Operadores: responsabilidades	1534
6.3.2.	Acesso ao SIAFI permitido por lei para entidades privadas	1536
6.3.3.	Acesso ao SIAFI permitido para organismos internacionais	1537
6.4.	Fornecimento de dados	1537
7.	Conformidade de registros de gestão e conformidade contábil	1539
8.	Documentos utilizados pelo sistema	1543
8.1.	GRU	1545
9.	Lista de questões objetivas	1547
10.	Lista de questões discursivas	1553

CAPÍTULO 45

TABELA DE EVENTOS 1555

1.	Conceito	1555
2.	Estrutura do evento	1556
3.	Fundamentos lógicos	1557
3.1.	Classes de eventos	1557
3.1.1.	Relação entre documentos e eventos	1560
3.1.2.	Exemplo de lançamentos	1564
3.2.	Tipo de utilização	1566
3.3.	Código sequencial	1567
3.4.	Considerações finais sobre os fundamentos lógicos	1567
4.	Lista de questões objetivas	1569

CAPÍTULO 46**CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL 1585**

1. Conceitos	1585
2. Aspectos constitucionais, legais e infralegais	1586
3. Contas especiais (recursos federais fora da conta única)	1588
4. Subcontas na conta única	1590
5. Aspectos específicos da programação financeira	1591
6. Encerramento de contas correntes	1592
7. Movimentação de recursos na conta única	1593
7.1. Ordem Bancária	1594
7.1.1. Tipos de Ordem Bancária	1595
7.1.2. Cancelamento de OB	1597
8. Aplicação financeira na conta única	1599
9. Conciliação bancária	1600
10. Lista de questões objetivas	1601

CAPÍTULO 47**BALANCETE 1609**

1. Características	1609
2. Conteúdo e forma	1610
3. Lista de questões objetivas	1614

BIBLIOGRAFIA 1619